

O AMOR: PRINCÍPIO DA MORAL INTERIOR EM SANTO AGOSTINHO.*

Marcos Roberto Nunes Costa**

Resumo.

A moral agostiniana enquadra-se dentro de seu eudemonismo antropológico, cuja preocupação é a felicidade humana, que não é senão alcançar Deus. O problema central, pois: como conciliar a felicidade temporal, proporcionada pelos bens temporais, e a “verdadeira felicidade”, que se encontra em Deus? De que forma o homem pode usufruir dos bens temporais com vista aos bens eternos? Como resposta, Agostinho desenvolve uma moral ascética baseada nas regras da “ordem” e do “amor”, cujo papel fundamental é dado à “vontade humana”. Para demonstrar o que seria a “reta ordem”, este desenvolve os conceitos de “uti” e “frui”, pelos quais escolhemos as coisas a serem “utilizadas” (inferiores) e as a serem “fruídas” (superiores). A reta moral consiste em não antepor as coisas inferiores às superiores; o mal, ao contrário, em subverter a ordem, em preferir as coisas

* Comunicação apresentada no VII Encontro Nacional da ANPOF, em Águas de Lindóia / SP, de 20 a 23 de outubro de 1996.

** Marcos Roberto Nunes Costa é professor de Filosofia da UNICAP e Mestre em Filosofia pela UFPE.

inferiores às superiores. O mal não tem sua origem na matéria, mas na vontade interior. O mal é um problema moral.

Introdução.

Na antropologia agostiniana o grande problema do homem é a busca de felicidade, a qual consiste na plena posse e gozo do amor, da sabedoria, da verdade ou “verdadeira felicidade”, que se encontra em Deus. A partir desse pressuposto, Agostinho orienta suas teses morais para a busca da beatitude; e, por ela, para Deus, que exclusivamente a pode assegurar.

Agostinho chega à certeza de que só em Deus o homem encontra a “verdadeira felicidade”. Entretanto, o homem é um ser concreto, que vive em meio a bens materiais. Daí, como conciliar a felicidade temporal, proporcionada pelos bens temporais, mutáveis e corruptíveis, e a “verdadeira felicidade” que se encontra em Deus, imutável e eterno?

Assim sendo, a moral agostiniana é uma resposta ao drama existencial do homem, solicitado, ao mesmo tempo, pelos bens temporais e eternos. Para tal, Agostinho desenvolve sua doutrina moral e ascética, centrada nas regras da “ordem” e do “amor”, ou “amor ordenado”, que se baseia no princípio cristão da “divina ordem”, e cujo papel fundamental é desempenhado pela vontade humana, a qual, conhecendo a “reta ordem” através da razão, irá escolher, por um ato livre, viver segundo essa ordem ou desrespeitá-la.

1 - “A ordem divina” e a vontade humana.

O fim da moralidade é a reta manutenção da ordem, que se identifica com a “vontade divina”, ao passo que o mal (desordem) consiste na transgressão culposa desta ordem: “Deus, Autor das naturezas, não dos vícios, criou o homem reto; mas, o

homem, depravando-se por sua própria vontade.. “ (De Civ. Dei XIII, 24).

Em diversos momentos de **A Cidade de Deus**, Agostinho insiste em afirmar que toda natureza é boa. Visto que todas as coisas foram criadas por Deus o problema é o valor que a vontade humana atribui às coisas criadas.

Agostinho defende que, na ordem dos valores, não devemos antepor as coisas superiores às inferiores, mas dar a cada um o que é seu. Para defender essa idéia, o Santo Doutor parte de um conceito de justiça – por ele elaborado inicialmente em **O Livro Arbítrio** –, segundo o qual “justo” é dar a cada um o que é seu.^{***}

2 - O “*Uti-Frui*”, princípio da moralidade agostiniana.

Partindo do pressuposto de que a finalidade da moralidade é garantir a perfeita ordem, ou a reta ordem dos valores, Agostinho desenvolve os conceitos de “uti-frui” como princípio da moralidade, através do qual, pela vontade livre, o homem distingue as coisas a serem gozadas das a serem usadas.

Para Agostinho, a vida moral se traduz, forçosamente, numa seqüência de atos individuais. Cada um deles implica numa tomada de posição face às coisas; ou fruimos ou nos utilizamos delas.

“Frui” significa afeiçoar-se a algo por si mesmo, ou seja, “fruir é aderir a alguma coisa por amor a ela própria”(De Doc. Christ I, 4). “Utilizar”, ao contrário, é servir-se de algo para alcançar um objeto que se ama; ou seja, dizemos “usar, quando buscamos um objeto por outro” (De Civ. Dei XI,25). O uso ilícito, por sua vez, recebe o nome apropriado de abuso, ou seja, “quando se oferece onde não convém ou o que não convém neste

^{***} No tocante à justiça, que diremos ser ela senão a virtude, pela qual se dá a cada um o que é seu? (De Lib. Arb. II. 27).

lugar, mas noutra, ou quando se oferece quando não convém ou o que não convém na ocasião, mas noutra” (Idem XV, 7).

Assim sendo, Agostinho deixa bem claro que, entre as coisas, “há algumas para serem fruídas, outras para serem utilizadas e outras ainda para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição fazem-nos felizes. As de utilização ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas” (De Doc. Christ. I, 3).

Considerando-se que, nós homens, no cristianismo, “somos peregrinos para Deus nesta vida mortal” (2Cor 5,6), que não podemos viver felizes a não ser na “pátria celestial”. Que, se queremos voltar à pátria, lá onde podemos ser felizes, havemos de usar deste mundo, mas não fruirmos dele” (De Doc. Christ. I,4), isto é, por meio dos bens corporais e temporais, devemos procurar conseguir as realidades espirituais. Disto decorre que, “devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas (grifo nosso)” (Idem, I, 22).

Como se vê, através dos conceitos de “uti-frui”, Agostinho estabelece a distinção entre as coisas das quais o homem pode gozar – e as coisas que deve usar, e usar bem, como instrumentos para atingir a felicidade.

Partindo desses pressupostos, “a alma pode também usar bem a felicidade temporal e corporal, se não se entregar à criatura, desprezando o Criador, mas antes pondo aquela felicidade a serviço do mesmo Criador [...] Assim como são boas todas as coisas que Deus criou [...] a alma racional se comporta bem em relação a elas, se guardar a reta ordem e distinguir, escolhendo, julgando, subordinando os bens menores aos maiores, os corporais aos espirituais, os inferiores aos superiores, os temporais aos sempiternos...” (Ep:140, 2,4).

Dentro dessa ótica, o homem “não pode ser por si mesmo o bem capaz de fazê-lo feliz...” (Idem 23), pois “somente

Deus é o bem que torna feliz a criatura racional (...) pois, embora nem toda criatura possa ser feliz, a que pode sê-lo não o pode por si mesma, mas por Aquele que a criou”(De Civ. Dei XII,1).

Com essas palavras, não devemos entender que o homem deva odiar-se a si próprio, mas, tão somente, que o homem deve amar a si mesmo, mas em função de Deus. Também não devemos entender que o homem deva odiar o seu próprio corpo, pois “ninguém jamais quis mal à sua própria carne” (Ef 5,29). Pelo contrário, na epístola 130, Agostinho afirma que, entre os bens que devemos desejar, para vivermos convenientemente, está a saúde do corpo, pois “a conservação da saúde relaciona-se com a própria vida: com a sanidade e integridade da alma e do corpo” (6,13). O que ele propõe é que devemos “ensinar ao homem a medida de seu amor, isto é, a maneira como deve amar-se a si próprio para que esse amor lhe seja proveitoso [...] como deve amar seu corpo, para que tome cuidado dele, com ordem e prudência” (De Doc.Christ. I, 24). O que Agostinho condena é o amor desordenado ao corpo. Em **A Cidade de Deus** falando a respeito do amor ao corpo das mulheres diz: “A beleza do corpo, bem criado por Deus, mas temporal, ínfimo e carnal, é mal amado, quando o amor a ele se antepõe ao devido a Deus, bem eterno, interior e sempiterno. Assim como o ávaro, abandonando a justiça, ama o ouro, o pecado não é do ouro, mas do homem. E assim sucede a toda criatura; pois, sendo boa, pode ser amada bem ou mal. Amada bem, quando observada a ordem; mal quando pervertida” (XV, 22).

3 - O amor, força motriz da moralidade.

Para Agostinho, a força motriz da moralidade é o amor, que é a medida e o peso da vontade humana. Para ele, o amor está na própria natureza, “trata-se de um apetite natural, pressuposto pela vontade livre, que deve, iluminada pela luz

natural da razão, orientá-lo finalmente para Deus, sumo bem” (Ep. 140, 3.4). O amor é, pois, uma atividade decorrente do próprio ser humano. Donde se deduz que tendo-se no fundo do coração a raiz do amor, dessa raiz não pode sair senão o bem, o que resulta na tão citada máxima agostiniana: “Ama e faz tudo o que queres” (In 1ª Ep. Jan. VII, 8).

Portanto, para Agostinho, seria uma insensatez querer apartar do homem o seu amor; “Preguiçosos, mortos detestáveis, miseráveis seriam os homens se não amassem. Amem, mas vejam o que amam” (De Civ. Dei XV, 15). Se há um problema, este não diz respeito ao amor como tal, nem à necessidade de amar, mas unicamente ao objeto a ser amado. Assim sendo, o problema da moralidade é, portanto, o da reta escolha das coisas amadas; da intensidade ou medida em que se amam estas coisas, ou seja, da reta ordem do amor. Daí que, “vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem a estima exatamente mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia no amor àquilo que deve ser menos amado, nem ama com igual intensidade o que deve amar menos ou mais, nem ama menos ou mais o que convém amar de forma idêntica” (De Doc. Christ. I, 27). Ao contrário, “muitos, amando o que não se deve amar, são miseráveis; e mais miseráveis ainda, quando dele gozam” (De Civ. Dei VIII, 8).

Dentro do princípio da “ordem dos seres”, o amor é o parâmetro na hierarquia de valores das coisas a serem amadas. E dentro da hierarquia das coisas a serem amadas, Deus aparece em primeiro lugar, conforme o preceito evangélico: “Amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a ti mesmo”.

4 - Livre arbítrio: fonte da moral interior.

Dentro da moralidade agostiniana, enquanto meio pelo qual o homem orientará a sua reta conduta em vista à “verdadeira felicidade”, um elemento é de fundamental importância no discernimento entre as coisas a serem amadas: o conceito de “livre arbítrio”.

Para Agostinho, a existência de uma vontade individual (*liberum arbitrium*) no homem jamais chegou a ser um problema em si. Trata-se de uma verdade primária e evidente e, portanto, incontestável: “temos consciência de nos determinarmos a nós mesmos e de sermos responsáveis por nossos atos” (Conf. VII, 3).

Vista em si mesma, porém, a vontade é um valor neutro, que pode ser utilizada tanto para o bem como para o mal. A vontade que opta pelo mal, torna-se má; a que escolhe o bem, torna-se boa; por isso, Agostinho a classifica entre os bens médios: “A vontade alcança os primeiros e maiores bens do homem, embora ela seja um bem médio” (De Lib. Arb. II, 19).

Embora não seja considerado um aristotélico, mas um platônico, Agostinho reconhece que as considerações de Aristóteles sobre a natureza dos atos voluntários eram contundentes, entretanto faltava-lhe afirmar a liberdade da vontade.

Diferente de Aristóteles, que estabelecia um vínculo entre vontade e ação, Agostinho afirma que a liberdade é fundamentalmente uma manifestação da vontade individual, que coloca o homem em contato com suas faculdades interiores, daí que, “a vontade é livre, porque pode querer ou não exercer o direito de escolha, ou seja, antes de mais nada, ela é livre em relação a si mesma” (Idem II, 18). Nisto consiste a liberdade individual do homem: ser livre em relação a si mesmo. Daí que a vontade adquire independência não em relação à ação dela derivada, como em Aristóteles, mas em relação a si mesma.

Assim, diferente de Aristóteles, para quem a liberdade só tem sentido enquanto conceito que se expressa na ação, Agostinho proclama uma liberdade centrada na vontade interior – no livre arbítrio.

Para Agostinho, a vontade opera até mesmo na ausência total da ação. Pois “o querer é uma faculdade interior, que não precisa se expressar em ação para possuir sua essência. Podemos obrigar alguém a fazer alguma coisa, mas nunca a querê-la”.¹ Assim sendo, em Agostinho, a liberdade do homem é experimentada, em primeiro lugar, em sua relação consigo mesmo, com seus desejos, com suas limitações.

Ao separar a vontade da ação dela decorrente, Agostinho estabelece uma diferença fundamental entre “querer” e “poder”. O querer é uma faculdade interior, que existe independente de toda e qualquer manifestação do mundo exterior. O poder pode, ocasionalmente, participar da escolha do querer, mas não participa de sua essência.

Para Agostinho, a escolha por si só já é uma ação, mesmo que não se manifesta no mundo exterior. Dessa forma, além de transformar o conceito de vontade, este transformou, também, o conceito de ação. Para ele, o querer já é uma ação, pois, mesmo que o homem não concretize uma ação, se a escolheu ou a quis, já a praticou, pelo menos na sua intenção, ou no seu coração.

Nesse caso, toda responsabilidade recai sobre a intenção, pois, “se ela é boa, mas nos enganamos na hora do agir, o ato é bom, pois a vontade escolheu corretamente; se ao contrário, nos enganamos na escolha, mas praticamos o bem, ainda assim, o ato é ruim, pois a intenção o era [...] A moral é uma moral da intenção”.²

5 - A presença do mal no homem: um problema moral.

Ao colocar o livre arbítrio como princípio da moral interior pelo qual o homem escolhe, por livre vontade, entre as coisas a serem gozadas e as a serem usadas, Agostinho espera, com isso, também, resolver o problema do mal no homem.

Partindo do princípio de que “todos os homens querem possuir vida feliz...” (Ep.130,4) Agostinho, desde a sua juventude, procura uma causa para a infelicidade humana, perguntando-se se também existe no homem uma força que o atrai para a infelicidade ou, então, como justificar a presença do mal no homem.

Partindo do pressuposto que toda natureza é boa, visto ter sido criada por Deus, Agostinho abandona a teoria maniqueísta, que buscava uma causa material para a origem do mal, e afirma que a matéria não pode ser causa do mal, ou que não podemos buscar uma causa eficiente para o mal.

Para Agostinho, o mal não tem essência ontológica, ele é consequência da má vontade do homem que, afastando-se do bem, torna-se má. Não que a vontade seja má em si mesma, pois, conforme vimos anteriormente, o livre arbítrio é um bem (bem médio) que nos foi dado por Deus. Daí que: “ninguém busque, pois, a causa eficiente da má vontade. Tal causa não é eficiente, mas deficiente, porque a má vontade não é da ‘efecção’, mas ‘defecção’” (De Civ. Dei XII, 7).

Assim sendo, “a má vontade é [...] a causa eficiente de toda obra má, porém, nada a causa eficiente da má vontade” (Idem XII, 6). Pois “não há essência alguma contrária a Deus, porque ao Ser se opõe o não-ser” (Idem XII, 2).

Dentro dessa lógica, o mal é resultado da vontade livre que, afastando-se do bem, torna-se má. Isso acontece quando o homem, desrespeitando a ordem natural dos seres, prefere as coisas inferiores às superiores: “quando a vontade, abandonando o superior, se converte às coisas inferiores, torna-se

¹ BIGNOTTO, Newton. O Conflito das Liberdades: Santo Agostinho. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, 19 (58): 237-359, 1992, p. 333.

² GILSON, Etienne. Apud BIGNOTTO, Newton. *op. cit.* p. 342.

má, não por ser mau o objeto, mas por ser má a própria conversão.” (Idem XII, 6).

Nessa perspectiva, “o pecado, por sua vez, não faz parte da essência do livre arbítrio, é antes uma ausência de ser, uma falta de essência, um erro da vontade que não possui essência a ser definida” (De Lib. Arb. II, 18).

Assim sendo, pelo conceito de livre arbítrio ou vontade livre, Agostinho transforma o problema do mal em um problema moral. Para este, o mal não tem essência ontológica; o mal é o mal moral, que tem sua origem no amor desordenado.

Bibliografia.

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. A Doutrina Cristã. manual de exegese e formação cristã. Trad. e not. Nair de Assis Oliveira, rev. H. Dalbosco e P. Bazaglia. São Paulo : Paulinas; 1991; 386 p. (Série Espiritualidade).

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. A Cidade de Deus: contra os pagãos. 3 ed. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis : Vozes: São Paulo : Federação Agostiniana Brasileira, 1991; v. I. 414; v. II. 589 p. (Coleção Pensamento Humano).

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. Confissões. 9 ed. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis : Vozes. 1988; 367 p. (Coleção Pensamento Humano).

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. O Livre Arbítrio. 2 ed. Trad. e not. Antonio Soares Pinheiro. Braga : Faculdade de Filosofia. 1990. 367 p.

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. A Verdadeira Religião. 2 ed. Trad. e not. Nair de Assis Oliveira. rev.

Gilmar Corazza. São Paulo : Paulinas; 1987; 213 p. (Série Espiritualidade).

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. As Confissões. Trad. J. Oliveira Santos ; De Magistro (O Mestre) Trad. Angelo Ricci. In: Santo Agostinho. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1980, 324 p. (Coleção os Pensadores).

AGOSTINHO, Santo [Aurélio Augustinus]. Santo Agostinho. In: Historia da Filosofia. 3 ed. Trad. José Garcia Abreu. Lisboa : Editorial Presença, [s.d.]; v. II, p.173-197.

BIGNOTTO, Newton. O Conflito das Liberdades: Santo Agostinho. Síntese Nova fase. Belo Horizonte, 19(58): 237-359, 1992.

BOEHNER; Philotheus; GILSON, Etienne. Santo Agostinho; o Mestre do Ocidente. In: História da filosofia Cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa. 2 ed. Trad. e not. Raimundo Vier. Petrópolis : Vozes, 1982, p. 139-208.

CREMONA, Carlos. Agostinho de Hipona: a razão e fé. Trad. Pergentino Stefano Pivatto; apres. Cardeal Carlo Maria Martini Petrópolis : Vozes, 1990, 262 p. (Coleção Vidas Famosas).

ROCHA, Hylton Miranda. Pelos Caminhos de Santo Anostinho. São Paulo : Loyola, 1989, 269 p.